



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - BIOPIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1325/05	DATA: 1/9/2005
INÍCIO: 11h2min	TÉRMINO: 13h8min	DURAÇÃO: 2h6min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h6min	PÁGINAS: 60	QUARTOS: 26

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO - Ex-prestadora de serviços para a empresa HB Lima, do Pará.  
SIDIANE COSTA DE LIMA - Engenheira florestal da empresa HB Lima, do Pará.

SUMÁRIO: Apreciação de itens da pauta e tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há expressões ininteligíveis.  
Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Declaro abertos os trabalhos da 41ª reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 40ª reunião.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradecemos ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá a intervenção.

Em discussão o pedido de dispensa de leitura da ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação *(Pausa.)*

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, solicito a apreciação dos requerimentos antes do início da audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Podemos fazer a inversão para apreciarmos, inicialmente, dos requerimentos de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que são os 2 primeiros.

Em votação *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 4.

Requerimento nº 135/05, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que requer sejam convocadas a comparecer perante esta CPI, na condição de testemunhas, com a finalidade de prestar depoimento sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta Comissão as seguintes pessoas: Sr. Alcides Tozzo, madeireiro; Sr. Cláudio Antônio Rocha, madeireiro; Sr. Ilson Oliveira do Nascimento, servidor do IBAMA; Sr. José Guarino Souza Oliveira, despachante; Sr. José Guarino Morinigo Oliveira, despachante; Sr. José Magalhães, servidos do IBAMA, e o Sr. Marcelo Ferreira Borges, madeireiro.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, são fatos extremamente importantes que poderão ser úteis à nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. Por isso solicito aprovação do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão o Requerimento nº 135/05 (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 136/05, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que requer sejam convocadas a comparecer perante esta CPI, na condição de testemunhas, com a finalidade de prestar depoimento sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta Comissão as seguintes pessoas: Sr. Eduardo Góes Neves, Professor de Arqueologia da Universidade de São Paulo e coordenador do Projeto Amazônia Central; Sr. Charles Randall Croner, pesquisador da Universidade de Vermont, Sr. Robert Tartone, Pesquisador da Universidade Maine, nos Estados Unidos, e representante da Universidade Federal da Amazonas — UFAM, para o projeto Amazônia Central.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, solicito o apoio dos Srs. Deputados para a aprovação desse requerimento principalmente para podermos esclarecer melhor os fatos que culminaram com a morte do arqueólogo americano James Pettersen, no dia 14 de agosto último, até porque são coisas que de uma certa maneira mancham o trabalho feito na Amazônia por pessoas da área da pesquisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão o Requerimento nº 136/05 (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.



**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Sr. Presidente, também solicito a inversão de pauta do item 4, Requerimento nº 138, de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com relação a esse requerimento, há uma solicitação do Relator Sarney Filho, que gostaria de estar presente. Assim que S.Exa. chegar, podemos inverter a pauta.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em virtude da aprovação de requerimento da autoria do Deputado Sarney Filho, esta Comissão reúne-se hoje em audiência pública para a oitiva das seguintes testemunhas: Sra. Maria das Graças Dias Pinto, ex-prestadora de serviços para a empresa HB Lima, do Pará; e Sra. Sidiane Costa de Lima, engenheira florestal da empresa HB Lima, do Pará.

Como se trata de depoimento de testemunhas, devemos ouvi-las separadamente, conforme dispõe o art. 210 do Código de Processo Penal.

Convido a Sra. Maria das Graças Dias Pinto a tomar assento à mesa e solicito à Sra. Sidiane que se encaminhe à Secretaria da CPI, aguardando lá o momento do seu depoimento.

Sra. Maria das Graças Dias Pinto, por gentileza, pode prestar o juramento, em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que eu souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - De conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, informo a testemunha de que o crime de falso testemunho está assim descrito no Código Penal, art. 342: *“Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, sendo, para esse crime atribuído, cominada a pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa”*.

Sra. Maria das Graças Dias Pinto, se desejar, tem o direito de, até 20 minutos, falar uso da palavra antes das perguntas dos Deputados.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu vou querer falar sobre o Plano Safra/2004. O Plano Safra/2004, dia 7/5/2004... Eu não faço parte da prestadora HB Lima. Eu faço parte de uma associação dos produtores rurais do garimpo Madalena, em Altamira. Na época que surgiu esse Plano Safra/2004, nós fomos convocados, as associações de Altamira, para uma reunião onde estavam as



peessoas que iam nos passar o Plano Safra/2004, o Plano Safra/2004, onde estava o Instituto Seiva, a nossa presidenta, Raimundinha, esposa do Sr. Deputado Airton Faleiro. Nesse Plano Safra/2004, estavam os sindicatos das localidades, estava a PPVP, que é um instituto que tem em Altamira, estava a FETAGRE, que é a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Regional, e as associações IBAMA, INCRA, onde nos participamos do Plano Safra/2004, para resolver... para a solução dos agricultores da localidade. Nós participamos 3 dias de reunião, onde esse trabalho que nós íamos fazer nas localidades dos assentamentos do INCRA... Nós íamos fazer um levantamento para que nós pudéssemos fazer esse projeto, que é o desmatamento de 3 hectares que o agricultor, todo ano, tem direito de fazer. Depois desse trabalho que foi concluído, tudo mudou. As associações ficaram extintas desse trabalho. Ficaram na frente, na direção, os sindicatos da localidade. Não foi mais a associação. Como nós já temos um trabalho de associação — eu, a convite da Engenheira Floresta da H. B.Lima — Sidiane e o irmão dela, o Sílvio, pediram para que eu pudesse fazer os projetos junto com eles. Eu aceitei. Só que num determinado momento desses projetos que nós começamos fazer o levantamento do Plano Safra/2004, teve muitas mudanças, onde eu não aceitei esse trabalho. Foi um trabalho que — eu sou uma pessoa que defendo sempre o agricultor — onde existia procuração do agricultor para o sindicato das localidades. Vou citar uma região na qual eu trabalhei, foi em Medicilândia, onde foi dado o poder para o Sr. Milton Coutinho, Presidente do Sindicato de Medicilândia, onde eu comecei fazer o projeto. Fiz 72 projetos e eles foram rejeitados porque não tinha procuração. Eu me prontifiquei a ir até o agricultor para que eu não perdesse o meu trabalho, a ir até o agricultor para que ele assinasse a documentação que seria possível ele assinar, ele sendo o proprietário dos lotes. Então, dos 72 projetos que eu fiz, o sindicato aprovou 24, o resto ele achou que não tinha condições de ser aprovado. Eu estou aqui citando os projetos que foram feitos. Eu fiz 24 projetinhos de 3 hectares, e peço até a vistoria desses projetos. O Plano Safra/2004 ele foi para ajudar a parte do INCRA, a parte dos agricultores. Só que não aconteceu esse Plano Safra/2004, não existe. Porque antes nós trabalhávamos, as associações, em 2002, nós trabalhamos com associação, nós usávamos essa meta de trabalho na legislação, mapa vetorial georreferenciado. Nós usávamos e na mesma hora o satélite atualizado da região comprovava se tinha 20% da área desmatada ou não desmatada. Só que modificou.



Isso aqui ficou extinto, esse documento, pelo Plano Safra/2004. Ela passou a não existir mais, que é onde todo mundo trabalhava, hoje está uma calamidade, o setor florestal, por causa desse Plano Safra/2004. Ele prejudicou tanto o setor florestal como o setor dos agricultores, porque hoje os agricultores estão muito tristes, muito chateados, foram lesados, foram enganados, porque eu acredito que teve muitos agricultores, eu tenho provas, que não sabem nem o que estavam assinando. Teve 6 folhas que foram assinadas por esse projeto, onde está aqui o Plano Safra/2004. A HB Lima modificou, teve mais... Esse aqui é da HB Lima onde eu já estava concluindo o Plano Safra/2004. Então teve uma mudança, eu citei que procuração eu não fazia. Aqui está a procuração do sindicato... do agricultor para o sindicato, onde o agricultor foi lesado. Essa procuração existia dentro desse processo aqui, que seria o desmatamento do IBAMA. Então ele estava anexado junto e o agricultor foi lesado por isso. Por esse motivo, eles me tiraram fora de todo esse trabalho. Eu passei a ser uma pessoa que incomodava a eles. Eu sempre fui a favor do agricultor até porque eu trabalho junto com os agricultores. Eu estou muito triste com esse projeto que foi um projeto muito bonito para nós, presidenta de associações e dos órgãos das associações, onde nós fomos penalizados. Eu acredito que hoje todo esse projeto que foi feito tem muita culpa do INCRA, IBAMA e dos órgãos que apoiaram, como FEPAGRI, PPVP, que é um órgão de Altamira, e todos os órgãos, Instituto Seiva, todos esses órgãos. Eles hoje estão sendo culpados desse trabalho que está dando o maior problema dentro de Altamira e região. Em 2002, eu me lembro muito bem, nós chegávamos no IBAMA com o agricultor ou com os projetinhos pelas associações, nós éramos recebidos e eles resolviam a nossa situação como dos agricultores, e todo mundo saía numa boa do IBAMA. Hoje você chega no IBAMA, você é mal recebido. Existe uma pessoa dentro do IBAMA que se chama Sr. Eliélcio. Ele simplesmente não faz nada por ninguém. Ele desrespeitou os agricultores. Eu acho que isso é uma falta de muita sensibilidade do sindicato ficar lesando documentos de agricultores e aceitar ele autorizar um desmate desse aqui, de 3 hectares onde eu tenho a TPF em mãos, do agricultor. Enquanto ele não foi fazer uma vistoria, que antes era feito por satélite, hoje não existe mais isso. Libera a ADM e depois vai dizer para gente que não vai fazer vistoria. Eu acredito que depois que se libera a ADM o agricultor faz o contrato de 60 metros cúbicos diretamente para a madeireira. O que aconteceu? Eles fizeram mais de 200 projetos



em Medicilândia, o sindicato com a HB Lima e os demais entidades venderam esses projetos para o setor madeireiro, florestal, no valor de 480 reais. Então, quando chegou essa ADM na mão do agricultor, o agricultor ia vender para a madeireira, no caso de Medicilândia, a madeira que já existe em Medicilândia, simplesmente já estava lá dentro do IBAMA anexada, ele não podia mais dar entrada. Isso é uma fraude muito grande que está existindo. Isso não pode existir. O agricultor não assinou nada. Eu tenho uma faixa de uns 50 agricultores que eles estão lá me esperando para eu dar a resposta para eles. Tem agricultor que está hospitalizado porque o madeireiro não pode comprar a madeira dele porque está comprometida a documentação com outros setores de outra localidade. Então, isso não pode acontecer. Estão existindo muitos erros dentro desses órgãos. Enquanto não consertar, colocar outras pessoas que querem trabalhar, que respeitem o cidadão agricultor, o cidadão brasileiro, só vão acontecer essas coisas que estão acontecendo. Eu tenho pena de 2 pessoas que estão sofrendo: são os agricultores e o setor florestal que investiu na HB Lima, que investiu nesses projetos Plano Safra/2004 e não saiu nada até agora. Eu peço vistoria desses lotes, gostaria até, se for possível, acompanhar porque desses 200 e uns quebrados de lote não existe isso, estão desmatados 50%, estão desmatados 80%, e foi liberada a ADM para todas essas pessoas. Então, hoje, o que está acontecendo? Altamira está numa calamidade, pai de família roubando porque não tem o que dar par ao seu filho. Hoje existe uma faixa de 8. 711 desempregados por falta de simplesmente uma pessoa ter amor, e com amor você não quer roubar ninguém. Então foi isso que aconteceu. Isso que está acontecendo é uma coisa muito enganosa. O Plano Safra/2004 foi só decepção. Não existiu essa meta de trabalho. Tenho todas as provas aqui, porque, antes no IBAMA, nós éramos recebidos, tinha um senhor lá, Sr. Guicele, ele recebia todos nós, associação, e resolvia a situação dos agricultores, porque o agricultor ele derruba aqueles 3 hectares, e ele, daqueles 3 hectares, a madeira dele ele quer vender. Às vezes aquela madeira gera um custo, conforme a madeira que ele derrubou, gera um custo de 3, 4, 5 mil reais. É um dinheiro bem-vindo para o agricultor. Ele compra o arame, o rancho para ele manter vários meses até enquanto entra mais algum dinheiro. Ele compra medicamento para a família, onde ele pode ter aquele dinheiro a mais, porque os agricultores são pobres, muito pobres. Eles não têm dinheiro para comprar, onde eles compram um boi, onde eles podem fazer



alguma coisa que gera mais capitalismo dessa parte. Então, hoje tem muitas madeiras que está no lote do agricultor, mas está havendo esse pequeno problema. O setor madeireiro não pode pegar madeira, porque a madeira está nessa pequena confusão. Existe a ADM, existe o projeto, existem todos os sistemas do jeito que eles colocaram, mas só que impede, porque o agricultor não deixa sair a madeira sem saber para onde ele está indo a madeira. Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada, Sra. Maria das Graças.

Temos algumas perguntas para fazer. Vou fazer algumas e depois vou abrir para os Parlamentares que estejam inscritos. Tem as perguntas do Relator aqui, que está a caminho. Eu vou segurar um pouco mais, e se ele não chegar a gente toca.

Eu queria perguntar para a senhora o seguinte: a senhora tem conhecimento se o Sr. Sílvio da HB Lima tinha livre acesso às dependências do INCRA em Altamira, usando telefones e computadores? É verdade que ele usou essas dependências como escritório central do Plano Safra Legal? A senhora sabe dar alguma informação nesse sentido?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Sim, sei. Existiu, sim. O que aconteceu, depois da associação que colocaram nós extinto, no caso, porque esse projeto todo era em cima de associações, porque existem várias associações dentro de Altamira e outras localidades. Eu participei de todas. Inclusive eu tenho aqui tudo que eu anotei, que me interessou. Eu acho que eu estava esperando há 8.. quase um ano esperando isso acontecer. Eu tenho tudo que eu anotei nessa reunião, depois eu vou deixar aqui. Existiu.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Essa reunião... a senhora estava dizendo que fez anotação sobre essa reunião?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não, do que aconteceu, do resumo da reunião, dos 3 dias. Existiu. A HB Lima, ela monopolizou — vou citar assim — INCRA, IBAMA, sindicato e todos os órgãos que pertencem ao PT. Existe, sim. Existe, aonde eu tive problemas, assim, com o INCRA, com o INCRA. Esses meus projetos, 72 projetos, eles hoje estão na Justiça, eles estão no Ministério Público, eles estão no Ministério do Trabalho, esses 72 projetos que foram feitos. O Dr. Felício Ponte Junior, Procurador da República, mandou que o INCRA, o Bruno, me recebesse, tivesse uma audiência, para ele saber o que estava acontecendo,





quando eu citei os meus projetos e passei um *fax*. Existe, sim, teve audiência lá no INCRA, inclusive estava a engenheira florestal Sidiane e o Sílvio, uma funcionária, a Doralice, e estava um engenheiro florestal e estava eu. Inclusive, eles não queriam nem que eu entrasse, mas eu entrei porque eu que sou a dona do projeto que eu fiz, então teria direito de querer saber alguma coisa. Existe, sim.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Está certo. A senhora acabou de falar numa senhora chamada Sidiane. A senhora tem conhecimento se ela esteve presente nos lotes dos assentamentos rurais para elaborar os documentos técnicos produzidos pela empresa HB Lima referente aos pedidos de desmate?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu tenho conhecimento que a Sidiane simplesmente assinava uma documentação, que seria o croqui, esse croqui, que, de fato, depois eu quero que vocês verifiquem, esse croqui só existe... do jeito que está um lote do 70, 80, 90, 100, 110, 115, estão todos. Estão todos com esse mapeamento, existe um rio dentro de todos os lotes. Ela nunca foi a nenhuma localidade. Quem foi às localidades, no mato, foi o sindicato de Medicilândia, o Agnaldo. Não foi nem o Milton, do sindicato de Medicilândia, foi o Agnaldo de Medicilândia.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Certo. A senhora teria alguma coisa a declarar sobre a denúncia que esta CPI recebeu de que os croquis dos lotes rurais que acompanham os pedidos de desmate foram feitos de forma padronizada, sem controle do campo?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Olha, é... não teve controle de campo, porque ia o Agnaldo para... e várias pessoas, uma equipe de umas 5 pessoas que foram fazer esse trabalho da HB Lima, porque eu comecei a fazer o trabalho da HB Lima, mas logo eles me tiraram, eles não aceitaram a D. Graça nesse trabalho. Eu fiz 72 projetos. Porque não teve procuração nos meus projetos; eles eliminaram.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Eles lhe tiraram por quê?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Porque eles achavam que eu estava atrapalhando muito. Porque eu conheço muito pouco da legislação e vi que



está errado. Porque procuração o agricultor assinou e não sente — muitos agricultores — que eles tinham poder de vender a madeira para a madeireira.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - A senhora tem prova de que os colonos assinavam essas procurações a favor do sindicato sem saber o que estavam assinando?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Tenho. É por causa que eu vi toda essa documentação que eu falei que eu não ia fazer para enganar ninguém. Porque eu moro em Altamira e eu jamais queria sair de Altamira. Aqui existe, aqui existe uma procuração.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Essa procuração ele assinou sem saber o que era?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Sem saber o que estava assinando.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Se ele for perguntado, ele vai responder dessa forma?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Com certeza.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - A senhora lembra, tem informações de benefícios que os colonos receberam por assinar papéis ou procurações em branco?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Até agora, agricultor nenhum recebeu nada. Nem tirar a madeira dele ninguém tirou ainda.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - E quando levavam papel em branco para ele assinar, ou uma procuração sem ele saber a que se referia, o que era dito para ele?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Olha, eles colocavam essa procuração junto com essa posse de terra aqui, que teria que fazer junto; e, junto, eles faziam dessa maneira, onde o agricultor grampeava, onde o agricultor ia lá. O agricultor sabia o que ele estava fazendo, desmatando aqueles 3 hectares; que era a benefício dele que ia desmatar aqueles hectares, e aquela madeira ele iria vender para a madeireira que ele quisesse vender, que quisesse negociar. E a madeireira ficava com aquela ADM, fazia o contrato de 3 hectares, de 60 metros cúbicos, e ia buscar a madeira lá dentro do lote do agricultor.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Isso era feito dessa forma?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - É dessa forma que era para ser.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - E o agricultor conhecia essa madeireira?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Olha, foi outro erro que aconteceu. Porque, quando eles fecharam, quando o sindicato de Medicilândia fechou com a HB Lima e fechou com as demais madeireiras, eles já estavam vendendo projetos sem o agricultor saber.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - A senhora lembra, tem conhecimento do que pode ter acontecido com os colonos que se recusaram a assinar papéis em branco?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Olha, os agricultores assinaram, porque sempre tem aquelas 6 assinaturas, não é? Que quando a gente vai fazer o desmate existe. Então, ele assinou junto. Ele...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Mas tem algum agricultor que se recusou a assinar? A senhora conhece?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não, porque foram todos assinados. Tem um agricultor que colocou na Justiça porque não assinou nada. Ele foi vender a madeira dele para uma outra madeireira e, aí, chegou no IBAMA e viu que já estava o processo dele designado para uma outra madeireira.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Sem ele tomar conhecimento?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Sem ele tomar conhecimento de nada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - A senhora sabe o nome dele?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Sei.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Pode falar?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Posso. O nome dele é Adriano.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Adriano de quê?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Ah! Está no meu...



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Tem referência? Onde ele mora?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu tenho; eu posso dar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Está certo. A senhora lembra qual foi a participação da Fundação Viver, Produzir e Preservar no Plano Safra 2004?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Olha, o que eu sei é que eles estavam juntos na reunião, que nós iríamos para o campo fazer o levantamento dos agricultores. A reunião foi lá na FETAGRI, junto onde é a PP-VP. Então, nós estávamos lá.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - E a participação do Instituto Seiva, dirigido por Raimundinha do MMA, esposa do Deputado Estadual Airton Faleiro, no Plano Safra? A senhora tem alguma lembrança sobre isso?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Do que eu tenho conhecimento do Instituto Seiva, é que ele estava junto, inclusive a D. Raimundinha estava junto conosco no dias das reuniões; ela acompanhou todo esse projeto. Ela fez esse levantamento aqui dos Municípios: quantas famílias existiam, quantas pessoas iam trabalhar e o levantamento do total; e, no caso, o setor florestal ia arcar com as despesas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Eu quero pedir para a senhora que, quando acabar seu depoimento, a senhora deixe essa documentação com a gente, tá? E o Sr. Elielson e o Sr. Bruno, qual era a relação deles com o Instituto Seiva e a Fundação Viver?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - O Elielson, ele sempre... Ele era da PP-VP, e o Bruno também. São militantes. Antes de eles irem para o INCRA e para o IBAMA, eles foram um dos fundadores dessa entidade.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Certo. A senhora sabe me dizer quanto a HB Lima recebia pela elaboração de cada projeto de desmate? Quanto era pago para as pessoas que faziam os levantamentos? E quem arcava com os custos desse levantamento? A senhora lembra?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Lembro. A HB Lima, ela fez um projeto com os madeireiros de Altamira no valor de 480 reais, recebendo 30% de entrada, mais na frente, 20%, e, quando ele terminasse de concluir, 50%.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - A senhora chegou a elaborar também pedido de desmate para os colonos? De que forma eles eram feitos? Foram alguns aprovados? E, se não foram, a senhora lembra quais foram as razões?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu fiz projetos. Inclusive, como eu não aceitei procuração, esse caso foi para o INCRA, para o IBAMA também. Essa documentação aqui é do sindicato de Medicilândia, onde o Sr. Milton Coutinho, presidente, verificou 24 projetos — que estão aqui. Foi elaborado diferente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Diferente como?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Porque eu não assinei procuração e eu fui a campo. Eu mesma fui a campo. O que foi usado da HB Lima foi somente o que a Sidiane cobrou; foram somente 380 reais, desses 24 projetos. Cada um, como está no mapeamento que eu coloquei.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Eles foram todos aprovados?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eles estão para ser aprovados. É isso que eu quero ver: como vai ficar a situação. Porque esses 24 projetos existem e eu quero a vistoria deles.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Certo. Antes da existência do Plano Safra Legal, como eram feitos os pedidos de desmates relacionados aos lotes dos assentamentos rurais? O que mudou de lá para cá com o Plano de Safra?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Olha, nós achávamos que esse Plano Safra 2004 seria a solução para que pessoas pudessem, tanto o agricultor vender a sua madeira que fica nos 3 hectares, como o madeireiro que ia resolver a situação dele de ir buscar aquela madeira para trabalhar. Então, o que aconteceu? Antes, sem ser o Elielson, existiam as pessoas que trabalhavam no IBAMA e que recebiam os projetinhos que eram feitos; nós levávamos os agricultores ao IBAMA para que ele fizesse aquele projetinho de 3 hectares. Era uma coisa simples. Faziam o projetinho e, por imagem de satélite, era descoberto logo se estava dentro dos 20% ou não.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Como era, então, a perspectiva desses agricultores com o Plano Safra?



**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Todo mundo acreditou nesse Plano Safra porque achava que ia ser uma melhoria. No Plano Safra eles perguntam várias coisas para o agricultor. Então a gente achava que ia ser uma solução para ajudar os agricultores.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - E o que mudou na vida deles a partir disso? Como está a situação deles hoje?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** -Olha, hoje os agricultores, aqueles que não sabem ler, ficam pensando... Eles têm até medo de que tomem os lotes deles porque eles assinaram uma procuração que eles não sabiam. Muitos agricultores vão à minha casa; eles querem que eu pegue o documento. Eles querem qualquer coisa. Eles querem tirar os nomes deles desse trabalho.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Vou lhe apresentar aqui os nomes de algumas pessoas para a senhora dar a sua opinião a respeito delas e dizer qual o desempenho que elas tinham no Plano Safra, o que elas faziam no Plano Safra.

Sr. Sílvio César da Costa Lima. Qual era a relação dele com o Plano Safra? O que ele desempenhava? A senhora lembra?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - O Sílvio, ele participou das reuniões de que eu participei no Plano Safra 2004. É como eu falei: todos nós achávamos que seria um sucesso para os agricultores. E a gente descobriu coisas dos assentamentos, tais como quem estava legal com o assentamento e quem não estava. O Sílvio participou junto com a gente dessa reunião do Plano Safra 2004.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - A Sra. Sidiane Costa de Lima.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu conheço a Sidiane como engenheira da HB Lima, mas ela não se encontrava no momento.. O Sílvio era que ia a toda reunião para ela. Ela simplesmente assinava as documentações.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - E o Sr. Milton Fernandes Coutinho?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Presidente do Sindicato de Medicilândia.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - E qual era a relação dele com o Plano Safra?



**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - A relação dele com o Plano Safra foi fazer... Ele mesmo que fez, junto com o Agnaldo, o desmate de 3 hectares. Porque eu acho que ele deveria estar cuidando de FNO, de alguma coisa para os agricultores, mas ele estava se metendo nesse Plano Safra para, talvez, sair beneficiado de alguma forma.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Cristiane Valéria Dias Pinto?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Cristiane Valéria Dias Pinto, ela é uma pessoa, é minha filha. Ela fez a documentação para colocar uma madeireira no Travessão do 115. Depois desse problema, está paralisada a serraria, por causa, porque ainda não deram a liberação da LO. Mas não é uma serraria; é uma INDUSPAN, é uma coisa de colônia que fica dentro das propriedades.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Pedro dos Santos?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Pedro dos Santos: ele é o Presidente do Sindicato de SOZEL.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Qual era a relação dele com o Plano Safra.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Ele participou do Plano Safra.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - A senhora lembra como? O que ele fazia?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não. Nós participamos, todos nós que éramos das associações. Ele faz parte de uma associação.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Chiquinho do PT?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - O Chiquinho participou desse Plano Safra junto com a gente na reunião.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Relator, estou com suas perguntas. Se quiser...

E a Raimundinha do Instituto Seiva?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - A Raimundinha do Instituto Seiva foi quem trouxe o Plano Safra 2004 para a localidade de Altamira.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - E ela fazia o que mais?



**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Ela citava como seria o Plano Safra 2004. A gente ia pegar o dado no campo, dos agricultores, o que está aqui. Depois que nós pegávamos o levantamento, aí nós daríamos lá no INCRA. Não ficava nada com a gente, não. Dava tudo ao INCRA.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Doralice Ferreira?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - A Doralice ela é uma funcionária do INCRA, no qual ela tem uma participação muito grande, e onde ela me discriminou no dia em que eu entreguei os 24 projetos que foram aprovados, daqueles 72. É uma funcionária do INCRA.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Bruno Kempner, do INCRA.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - É o executor do INCRA. Ele sabe desse Plano Safra 2004 porque ele acompanhou junto conosco na reunião.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - E Carlos Bicelli?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Olha, o seu Carlos eu não tenho muito conhecimento dele. Eu sei que ele trabalha no IBAMA, mas...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Nunca encontrou com ele nas reuniões?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Certo. Aqui tem uma última pergunta. Esta CPI tem informações de que na maioria dos processos elaborados pela HB Lima não mais existia madeira nos lotes. Essa informação é verdadeira para o Município de Medicilândia? E para que outros Municípios ela também poderia ser verdadeira?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Existe em Medicilândia, desses lotes que eu acredito que vão ser vistoriados, que eu acredito que sejam, para ser solução... Os que fizeram errado têm que pagar pelo que fizeram. Eu acredito que desses lotes vai ser muito pouco. Uma porcentagem muito pouca é que tem madeira; o resto está todo desmatado. Não existe mais.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Eu vou abrir as inscrições aqui e tem mais umas e outras perguntas, e a gente retoma depois.

Deputado Zé Geraldo.





**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Sra. Presidenta, Sra. Maria das Graças Dias Pinto, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Antes de fazer algumas perguntas à senhora, eu vou fazer aqui um comentário, porque a senhora falou de irregularidades na ação conduzida pelo IBAMA, pelo INCRA e pelas empresas de consultoria, pela FETAGRI, sobre o Plano Safra Legal. E a senhora fez uma crítica inclusive ao Elielson, exatamente por eles não estarem aceitando essas irregularidades que a senhora mesma presenciou e também trabalhou as irregularidades, pelas informações que tenho.

A informação que tenho, então, é que a senhora, lá em Medicilândia, fez um levantamento em torno de 70 áreas, e quando a senhora foi para o sindicato, que o sindicato tinha que dar o parecer — aí quero parabenizar o Presidente do sindicato, Sr. Milton —, o Milton reprovou praticamente mais da metade dos levantamentos que você fez, tanto é que só foram aprovadas 22 ADMs, e a senhora fez em 72 áreas, lá no Município de Medicilândia.

Quando a senhora foi fazer o levantamento, a senhora já sabia que o plano de desmate só podia ser feito em lotes que ainda não tinham mais de 20% desmatados, e a senhora fez na maioria dos lotes com mais de 20% desmatados, e esse foi o motivo de ter sido reprovado já lá no sindicato. Naturalmente que o sindicato só encaminhou para o IBAMA essas 22, porque depois ainda passou por uma triagem, e a senhora vem aqui falar mal do INCRA, do IBAMA e do programa. E a senhora cometeu irregularidades, porque a senhora é que foi no campo fazer esse levantamento. A senhora tinha de perceber que os 72 lotes que a senhora encaminhou não eram para ser 72, porque não tinha mais floresta para fazer o plano de desmate.

O que a senhora tem a dizer sobre isso?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Deputado, o que eu tenho a dizer é que esses lotes não foram vistoriados. Tenho provas. Esse documento que o Milton lhe passou é enganoso. Inclusive isso está na Justiça. Inclusive, já que nós estamos aqui, eu faço questão que faça vistoria dos 72 lotes e faça vistoria dos que foram feitos.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Mas quem fez o laudo não foi a senhora? A senhora não estava contratada pela HB Lima exatamente para fazer isso?



**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu fui fazer. Eles não aprovaram porque o meu não tem procuração. Não foi aprovado, porque ia dar trabalho para ir buscar a assinatura dos agricultores no campo.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Quer dizer que, se tivesse procuração...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Tinha sido aprovado.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Mesmos os lotes já estando com 50% ou mais de desmatamento teria aprovado?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Ele não está desmatado essa qualidade que você está falando.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Mas eu conheço a região. A senhora sabe que a origem...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu sei que você é de lá.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - A origem do Plano Safra foi exatamente para o PDS do Anapu, uma região toda de 100% de floresta. E lá em Medicilândia, inclusive no prédio de assentamento da gleba Surubim, com mais de 15 anos de atuação, todos os lotes, nenhum possui menos de 30 a 40% já desmatados. Então, a informação que o Presidente do sindicato me deu é que o fato de ele ter reprovado, não ter assinado, foi exatamente porque todos esses lotes — todos, não, porque 22 ele reconheceu...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - 24.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - 24. Todos os demais já estavam com uma área maior desmatada. Isso inclusive foi uma irregularidade em todo o Plano Safra. Por isso estou fazendo essa pergunta, porque a senhora chega aqui batendo em todo o mundo e a senhora foi a primeira a cometer irregularidade, como a técnica que foi fazer o levantamento.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu não estou batendo em ninguém. Eu estou aqui para falar a verdade. Eu estou aqui para falar a verdade. Eu não estou enganando ninguém.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Mas essa verdade então é dita: a senhora fez...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu quero que faça vistoria. Porque do meu conhecimento, Deputado, esses 3 hectares... 2000 até 2003 foram trabalhados e nunca teve esse tipo de problema. Foi Plano Safra 2004 que começou



esse problema todo. Começou a ficar só as entidades do PT. Eu não sou contra PT. Eu não estou aqui para falar também de PT. Só que ficou só aquelas pessoas para fazer o projeto.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - A minha pergunta não é questão de PT ou não PT, não. Eu estou querendo saber é o seguinte: é que você foi a campo. Você foi contratada para isso pela HB Lima.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Fui a campo.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - E você apresentou ao sindicato 74 ADMs...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Setenta e dois projetos.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - E o sindicato só aprovou 22 porque todas as áreas tinham mais do que os 20% desmatados. Então você contribuiu com o processo de irregularidade do Plano Safra. É isso que eu estou concluindo. Se você está pedindo uma vistoria, eu vou reforçar para que o IBAMA faça uma vistoria em todos esses lotes que você vistoriou.

Eu vou seguir a ordem de algumas perguntas. A senhora é ou foi funcionária formal da Sra. Sidiane Lima?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - A Sidiane pediu para que eu fizesse uns projetos junto com eles.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Sem ser funcionária, somente prestando serviço?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não, eu não sou funcionária da Sidiane.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - De acordo com o contrato, qual seria o trabalho a ser feito pela senhora e pela sua equipe?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Fiz levantamento de campo, onde nós íamos pegar a documentação dos agricultores, teria que ter CPF, identidade, protocolo ou o título, bater a xerox, levar para o agricultor assinar.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - E esse levantamento de campo também ia vistoriar se o lote tinha a floresta ou não na quantia que o Plano Safra exigia?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - O agricultor informou sobre o lote de cada um deles.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - O agricultor?



**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - O agricultor.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Chegava e conversava com o agricultor.

Se o agricultor dissesse que ele ainda tinha mata, tudo bem.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Mas a gente tinha que ver se tinha mata ou se não tinha.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - E por que você não viu que aqui mais de 40 lotes não tinham floresta?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não, isso não existe, isso, simplesmente... esse processo aí foi quando eu comecei a pedir a vistoria, a qual eu tenho aqui. Eu pedi. Eu pedi a vistoria no INCRA, aonde eu participei junto com a Sidiane. Está aqui, eu tenho aqui, a vistoria desses lotes que o Milton rejeitou, está aqui.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Certo. E ele rejeitou por isso.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - E aonde o Milton nem sequer foi nesses lotes todos, que têm agricultores lá esperando até hoje...

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Até hoje.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - ...para a gente ir.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Ele vai vir depor também aqui na CPI, o Milton. Qual o contato que a senhora fez para receber a remuneração pelo seu trabalho? A senhora recebeu de quem essa... quem pagou a senhora? Ou a senhora não recebeu ainda?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu estou...vou receber, que está na Justiça, está no Ministério do Trabalho, já terminou e eles deram a sentença, causa ganha. Eu estou esperando agora, porque não estava tendo o endereço da Sidiane para ela fazer esse pagamento, e eu estou esperando agora que eles já têm o endereço. Quando eu chegar em Altamira, eu vou procurar ...

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - A senhora moveu uma ação trabalhista contra a Sra. Sidiane, é isso?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Após terem sido emitidas as 22 ADMs referentes ao levantamento de campo efetuado por V.Sa., essas ADMs vieram para as suas mãos.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Vieram.



**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Para as suas mãos.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Para as minhas mãos.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - E daí?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Elas estão todas paradas.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Estão com elas?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Estão todas paradas.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Elas não foram encaminhadas para o IBAMA?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Elas estão ao meu poder.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Ah, tá. O que a senhora tem a dizer a respeito da informação de que V.Sa. teria negociado 15 ADMs ao preço de 1.200 reais cada uma com uma madeireira de Altamira?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - E qual seria a madeireira?

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Não, eu não tenho essa...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Esses projetos ficaram com a madeireira da Cristiane Valéria Dias Pinto. Esses projetos.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - A senhora recebeu mil e 200 reais por 15 ADMs. Mil e 200 para cada uma.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu desconheço isso aí.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - A senhora não recebeu?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Desconheço.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Está certo. A senhora conhece o Dr. Cláudio do Vale, de Altamira? Caso afirmativo...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - ...que tipo de negócio a senhora mantém com ele?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Ele alugou uma serraria para a minha filha, que é essa do 115.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Tá. Há informação de que a senhora e a sua filha exercem no Município de Medicilândia atividade madeireira, onde mantêm uma serraria clandestina em uma das vicinais. As vicinais 115 Norte.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Ela não é clandestina, inclusive eu trouxe até a documentação para mostrar.



**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Ela está legalizada.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Ela existe.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - E a senhora está serrando madeira legalizada de onde?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Nós não estamos serrando madeira, porque eu estou esperando a resposta.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Então, está parada.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Está toda parada.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Mas essa serraria existe? A senhora e a sua filha são as donas dela?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu não sou dona da serraria.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Quem é a dona da serraria?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Quem é a dona da serraria é a minha filha. Não sou eu.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - A sua filha. Financiada pelo Dr. Cláudio do Vale, de Altamira.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - O Dr. Cláudio, eu posso até mostrar, ele tem uma documentação de aluguel.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Ele alugou a serraria para a sua filha? Então a serraria é do Dr. Cláudio?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - A serraria não é do Dr. Cláudio. A serraria é da Cristiane Valéria Dias Pinto.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Que é a sua filha?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Que é a minha filha. E eu, bem claro, eu não tenho envolvimento nenhum com a serraria.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - É? A serraria que a senhora e sua filha mantêm possui licença de operação junto à Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará, registro no IBAMA?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Ela já tem o registro do IBAMA, mas só que ela ainda está em acabamento. O barracão não está pronto para poder dar autorização do LO para fazer a vistoria. O IBAMA já foi duas vezes fazer a vistoria, só que eles não chegaram até a localidade porque não está pronto ainda.



**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - E a senhora ou sua filha possuem plano de manejo florestal aprovado pelo IBAMA em algum lugar?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não temos em canto nenhum.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Não têm plano de manejo?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Nem o madeireiro completamente tem.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Como a senhora e sua filha conseguem documentar a madeira serrada produzida na serraria de vocês?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Mas só que nós não temos madeira serrada.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - É? Mas já serraram?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Olha, ela não serrou madeira.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Mas a informação que eu tenho é que já serrou.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não. Quem foi lá fazer a experimeta da serraria foi até o Dr. Cláudio.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Então, nunca serrou madeira?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Ela não serrou madeira. Ela não tem nada serrado.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - É uma serraria nova.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Inclusive essa serraria, ela está até tendo problema, porque o Dr. Cláudio, ele alugou, eu até tenho aqui o contrato, posso até deixar depois, e depois que estava montado, ele quis ser o dono da serraria.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - É? Ele financiou.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não, ele não financiou, ele alugou e depois ele quer ser hoje o dono da serraria.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Ele alugou?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Alugou.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Está certo. Então, a serraria é do Dr. Cláudio?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não, a serraria é da minha filha, a documentação é dela, e ela...



**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Mas se ele alugou a serraria para a sua filha...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Ele alugou.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Sim, mas se ele alugou, não é da sua filha, é dele.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Claro, a propriedade lá, está lá, está tudo lá, eu tenho a documentação. Quero até deixar para...

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Está certo, Sr. Presidente. São essas as perguntas que eu teria a fazer e dizer que a situação é complexa realmente.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - A realidade é essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, a Deputada Maria Helena, por favor.

**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a minha primeira pergunta diz respeito às procurações que foram passadas para os sindicatos. Pelo que eu entendi, que a depoente falou, desses 72 levantamentos que ela fez, nessa área, somente 24 foram aprovados, e os colonos, posseiros desses 24 lotes, teriam passado procuração para os sindicatos. Está correto?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não. Esses 24 projetos que eu fiz, eles assinaram.

**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - Sim, é essa a pergunta que eu fiz, se esses 24 lotes....

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Agora, tem mais de 200 documentos, que foi tudo em procuração.

**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - Certo. V.Sa. também informou que essas procurações só eram passadas por pessoas ligadas ao PT, porque aqueles que não eram ligados ao PT não passaram procurações, portanto, e não tiveram nem os seus planos aprovados, o levantamento aprovado.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não. Esse levantamento, o sindicato fez. Ele fez junto com a gente, o sindicato. Esse levantamento para fazer esses projetos. Só que os agricultores não assinaram nenhum desses projetos que foram feitos pela HB Lima, não tem nada assinado. Foi uma procuração, como eu já mostrei, não sei se a senhora viu.





**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - Sim, mas a minha pergunta é se desses 72 que não foram aprovados, esses colonos assinaram também procuração.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não, eles não têm procuração.

**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - E qual é o teor dessa procuração? Que poderes ela confere?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Olha, o poder que ela oferece é o presidente do sindicato dar entrada no INCRA, no IBAMA.

**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - Dar entrada em quê?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - A documentação, o trâmite. Até gerar a PPR.

**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - Autorização para a extração de madeira e posterior venda às madeireiras.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Isso. Está aqui.

**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - E para quem foi passada essa procuração?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Foi passada para o presidente do sindicato.

**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - Para que ele pudesse fazer essa comercialização dessa madeira?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Essa comercialização. Só que os agricultores não sabiam dessa procuração.

**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - E essas procurações também foram entregues também para o presidente do sindicato?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - O sindicato ficou com toda a documentação.

**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, Deputado Henrique Afonso.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Maria das Graças Dias Pinto, pelo seu depoimento, os sindicatos representavam os agricultores junto ao IBAMA e INCRA, no encaminhamento de pedido de desmate, no Plano Safra 2004. A senhora entende que seria ilegal essa representação no sindicato?



**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não, não seria ilegal, não, mas se trabalhasse direito. Seria... E o presidente do sindicato... Acredito que esse trabalho deveria ficar nas mãos das associações, porque as associações conhecem cada agricultor, e ele seria mais responsável pelos fatos.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - A senhora poderia aqui clarear qual a irregularidade maior que a senhora que o sindicato cometeu?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - De ter ficado junto da HB Lima e fazendo esse trabalho, porque dentro da HB Lima...

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Qual era o trabalho que o sindicato fazia?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Esse trabalho do desmate de 3 hectares. Porque foi ficado lá em Medicilândia lá dentro do sindicato. O pessoal da HB Lima ficou mais ou menos uns 10 dias lá onde eu estava e depois eles mudaram para o sindicato.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - A senhora disse que representava os agricultores. A senhora se acha mais qualificada do que o sindicato para representar os agricultores?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não. Não. É porque os agricultores, eles estão sendo muito penalizados.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Penalizados em que sentido?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Em que sentido? Das pessoas estarem fazendo com uma procuração dessa. Uma procuração dessa que o agricultor assina sem saber o que está assinando. Tem agricultor que está com medo até de perder o seu lote. Quando eu chegar em Medicilândia, eu vou ter que esclarecer isso bem aí.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Qual é a sua qualificação?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Como assim?

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - A sua formação.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu faço parte de uma associação.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - A senhora é técnica agrícola?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não. Não.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - É empreiteira florestal?



**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Também não. Eu sou tesoureira de uma associação.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - A senhora criticou o IBAMA e o INCRA pelo fato desses órgãos não autorizarem alguns pedidos por considerarem irregulares, por ter irregularidades de desmate. A senhora não está incriminando o INCRA e esses órgãos só por que eles consideraram irregular o desmate? Não seria por isso?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não, eu não estou condenando até porque o que eu estou criticando, que é bom ficar o conhecimento, porque uma empreiteira ficar dentro dos órgãos, eu acho errado. Eu acho. Não sei vocês. Ficar dentro de um órgão do INCRA e fazer todo o trâmite dessa documentação. É aquilo. Tem lote que não tem 20%. Já está desmatado mais do que isso.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Era só, Presidente.

**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - Presidente, posso me reinscrever?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ah, pois não, pois não.

Com a palavra a Deputada Maria Helena.

**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - Sr. Presidente, eu ainda pergunto à depoente. Ela informou, pelo que eu entendi, que foi o sindicato que não aprovou esses projetos de desmatamento que foram preparados por ela e que hoje ainda estão em sua posse, confere? Ou que foi o sindicato que não aprovou esse levantamento, esse projeto de desmatamento?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - O sindicato não aprovou.

**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - E por que V.Sa. não encaminhou ao INCRA ou ao IBAMA?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu estive no INCRA. Inclusive o Bruno mandou que ele fizesse a vistoria. Eu exigi a vistoria.

**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - E essa vistoria não foi feita?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não foi feita.

**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - E essa documentação continua na sua posse ou foi entregue?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Está na posse do sindicato de Medicilândia. Ele é que tem.



**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - Todos esse projetos que não foram aprovados?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Todos. Xerox do CPF, xerox da identidade, xerox de toda a documentação, ele tem tudo.

**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - E a senhora disse que estava incomodando na HB Lima e que essa empresa achou melhor desligá-la. O que significa "incomodando"? Por que a senhora estava "incomodando"?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Porque eu fui contra procuração. Eu não achei que seria legal uma procuração. Então, a partir desse momento já não foram, já não ficaram legal. Mas tem que ter. Mas só que eu não vou fazer procuração. Simplesmente foi isso.

**A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA** - Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Novamente com a palavra o Deputado Zé Geraldo. Em seguida, o Deputado Henrique Afonso.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Só para entender a procuração. A procuração era dada do agricultor para ...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Sindicato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sindicato das Madeireiras ou dos Trabalhadores?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não, dos trabalhadores.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Para o sindicato representá-los, é isso? Diante de quem? Do INCRA?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Olha, nem o agricultor estava sabendo que estava assinando uma procuração, nenhum, não existe.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - E quem levou essa procuração para o agricultor assinar?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não, estava junto com a documentação do projetinho de 3 hectares.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Sim, mas quem foi lá na propriedade? Não foi a senhora?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Ah, não. Eu não fiz só esses... Esses projetos que eu fiz ele quase nem existiu. Os projetos que têm aí é 218 projetos. Esses todos estão com procuração.



**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Mas a senhora fez 72.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Fiz.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Pois é, e estava irregular, por isso o Presidente não acatou.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Ele não tem procuração.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Esses não tinham procuração?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Só tinha o laudo seu que constatava se tinha ou não tinha floresta para fazer o plano de desmate. E aí foram reprovados por algum motivo.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - É, ele reprovou, não é? Isso é muito bom ele dizer, porque ele está com a documentação. Seria muito bom.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Ele está argumentando que não tinha mais a floresta. Já tinha mais de 20% desmatados.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Mas ele tem que comentar. Inclusive seria muito bom, depois disso aí...

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Estou apresentando requerimento, já estou fazendo, vou pedir a fiscalização em todos os 72 imóveis que você...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - E eu gostaria de acompanhar.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - ... vistoriou, para a gente...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não só o meu, como também da HB Lima.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - De todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com a palavra o Deputado Henrique Afonso.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - A senhora disse aqui que o IBAMA, na época do Fernando Henrique Cardoso (*ininteligível*), ele facilitava mais os pedidos de vocês. Como é que era o nome do Superintendente do IBAMA dessa época? Você não lembra?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não. Nós, quando fazíamos esses projetinhos do agricultor, às vezes nós levávamos o agricultor lá no IBAMA para fazer...



**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Sim, quando ele liberava esse pedido feito pelos agricultores, para o desmate, quando chefiava o IBAMA, o que que ele exigia?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Essa documentação todinha do agricultor: se está desmatado, quantos hectares, ele fazia tudo.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - E por que que você disse que ele facilitava mais a liberação, que era mais fácil. Você disse que era mais fácil...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não, ele simplesmente ouvia as pessoas, ele estava lá para ouvir. Hoje a gente chega no IBAMA, eu acho que o Zé Geraldo, não, ele pode ser bem recebido no IBAMA, mas só que nós não somos, nós não somos. Ele tem que ser bem recebido no IBAMA, porque o Elielson é amigo dele. Ele tem que ser recebido, porque se eu sou amiga de uma pessoa ele tem que me receber bem, senão ele não vai ser mais meu amigo.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Pelo que você disse, você encaminhou 72 pedidos, não foi isso?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Setenta e dois.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - E somente 24 foram liberados.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Foram liberados.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - E somente essas 72 pessoas não assinaram as procurações.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Os demais, todos receberam?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Todos assinaram, só esses meus que não foram. Não existia procuração.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Você acha que hoje, pelo que você colocou, que defende o agricultor, você acha que agricultor nenhum tem o discernimento do que estava assinando?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Hoje os agricultores estão até com medo de assinar.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - O que levou todos os agricultores a assinarem a procuração, na sua opinião?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - É porque essa procuração não estava exposto para o agricultor, dizer assim: Olha, tem uma procuração para o



senhor assinar. Existia: Olha, está aqui a documentação, assine aqui! E ele ia assinando.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Mas não teve um que se levantasse contra isso?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Só eu que me levantei e comecei a dizer que era contra a procuração, aonde eles passaram a não gostar mais de mim.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Eu só queria que você repetisse aqui para a gente colocar a verdade às claras. Mais uma vez, qual era o teor dessa procuração.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Ela está aqui, olha!

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Diga para mim. Você tem como ler essa procuração?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quer tirar uma xerox dessa...

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Você pode repetir qual é o teor da procuração?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Essa procuração foi o sindicato que fez para o agricultor, tendo o poder de assinar documentação por ele, de vender a madeira dele. E isso está errado.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Só um instante: o sindicato operacionalizou essa comercialização?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - O sindicato, ele que assinou toda a documentação dos 60 metros cúbicos de todos os projetos que foram feitos pela HB Lima. É ele que é o procurador que assinou toda a documentação.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - E você, na sua opinião, qual era o interesse do sindicato em pegar todas essas procurações?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não sei.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Eu vou repetir de novo esta pergunta: você considera que os agricultores perderam alguma coisa com isso?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Olha, eu acho que o agricultor, ele deveria assinar ele mesmo, porque eu tenho agricultor...



**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Não, a pergunta é se eles perderam assinando essa procuração para o sindicato.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Em que sentido? O que os agricultores perderam?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eles ficaram com medo. Têm muitos que vieram me perguntar se eles não iam perder até o lote deles assinando essa documentação.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Bom, na seqüência, tenho também algumas perguntas. Alguém mais? Zico Bronzeado, alguma pergunta? Deputado Zico Bronzeado.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Sr. Presidente, eu estava ouvindo a D. Maria das Graças, primeiro em relação à serraria. Para esta Comissão, D. Maria, nem conheço a sua região, mas as perguntas que foram feitas aqui elas deixaram muitas dúvidas, e as suas respostas também.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Tenho. Eu vou dar depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Tirar uma xerox. O trabalho que a senhora fazia. Um levantamento, um só. Desculpe, Deputado. Assim ganhamos tempo.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Eu espero. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Tranqüilo. Obrigado. Por favor.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Sr. Presidente, pelo que eu percebi, o processo de levantamento da D. Maria das Graças das áreas já começou assim com muitas dúvidas, porque a D. Maria disse que é mãe de uma arrendatária de uma serraria, não é isso? A sua filha arrendou, alugou uma serraria para trabalhar. Aí a HB Lima lhe contratou para fazer o levantamento de áreas para pequenas derrubadas de 2 ou 3 hectares. É isso?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Três hectares.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Três hectares. Depois, a senhora falou que fez setenta e poucos levantamentos. Só foram aprovados vinte e poucos.





O que peguei aqui é que esses levantamentos foram feitos em áreas não apropriadas para esses projetos. Depois, a senhora falou que o dono da serraria estava querendo ser o dono, mesmo tendo alugado. Isso nos levou a entender que parece mais assim que o doutor, que é dono da serraria, parece-me que ele estava usando a sua filha como uma "laranja", só para poder legalizar o funcionamento da serraria.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Também não.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Não?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não existe isso.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - E o seu trabalho parecia assim que era voltado para que essas áreas fossem legalizadas para venda de madeira para essa serraria da sua filha, que estava...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Também não existe isso.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Mas cheira a isso. Cheira a isso. A senhora não é técnica agrícola, não é engenheira florestal. Foi contratada porque era uma líder comunitária, líder de uma associação?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Isso. Líder de uma associação.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Quem lhe contratou foi a HB Lima?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - HB Lima.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - O sindicato lhe conhecia? Sabia do seu trabalho comunitário ligado a associações de trabalhadores rurais? O sindicato tinha esse conhecimento?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Olha, eles têm o conhecimento, porque eu sou uma pessoa até que vivo em Medicilândia. Nunca nós tivemos problema algum.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - E essas procurações que a senhora mostrou aí? Deu a entender que muitos produtores não tinham conhecimento que tinha uma procuração em nome deles, não é isso? Ou eles assinaram todas?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Olha, tudo o que o agricultor assinou, procuração, tudo, ele não sabia que ele estava assinando uma procuração. Era só documentação do desmate mesmo.



**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - A maioria desses produtores são analfabetos?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Têm muitos.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Porque quem assina o nome lê um pouco.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Muitos.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Eles assinaram e não leram o que estavam assinando?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eles assinaram e não leram.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Quem é o responsável por isso? Porque isso é uma coisa grave: você assinar um documento e não saber o que está assinando.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - O que está assinando.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - O sindicato tem conhecimento dessa irregularidade? Isso foi o sindicato que cometeu essa irregularidade?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu não sei se foi bem o sindicato ou se foi a HB Lima. Uma das duas são responsáveis por isso.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - E essas procurações foram feitas para todo o mundo. Para a senhora, teve procuração nos seus projetos?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não, não teve procuração no meu.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Não?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Porque não foram... Então, esses levantamentos que foram feitos por outras... Houve outras pessoas contratadas para fazer esses levantamentos?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Houve, houve, houve pessoas também, outras pessoas.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - O sindicato fez esses levantamentos, o próprio sindicato?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Olha, o sindicato conhece todas as áreas. Então, nem precisou tanto, não é, fazer esse levantamento, como era para ser feito.



**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Eles prestavam essas informações sem ir na área, sem fazer levantamento.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Sem ir na área, só ia lá, já pegava o documento do agricultor, já trazia e...

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - E quem fez esse levantamento *in loco*, lá na área, foi só a senhora, desses duzentos e poucos projetos?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Olha... Não, foi o sindicato. Esses duzentos e poucos projetos quem fez foi o sindicato.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - E esses são os únicos projetos da área?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Foram os únicos.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Desses duzentos e pouco, vinte e poucos foi a senhora que fez?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Fui eu que fiz.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Sem procuração, sem nada.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Sem procuração, sem nada.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - E essas procurações seriam necessárias no caso dos seus projetos?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não, eu não achei que seria necessário, não é, até porque eu fui em campo, levei depois para o agricultor assinar, entreguei a ADM dele em mão. Então, eu acho que poderiam ser todos assim também, não é? Não era só...

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Tem uma regra para ser cumprida, tem um documento? Quem ia fazer essas inspeções lá, na área, tinha um regulamento para mostrar para o produtor o que que teria que ser cumprido?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não, o que foi... Teve o Plano Safra 2004, que nós levávamos para o campo, não é, fazíamos algumas perguntas, preenchia tudinho, está lá preenchido, e é onde ele assinava. Que ele passava informação, não é?

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Qual é o tamanho das áreas de cada agricultor?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Depende, tem área de 80 hectares, tem área de 100 hectares.



**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - São projetos de assentamentos?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - São. Tem muitos que já são até titulados, já. Protocolado ou titulados.

**O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO** - Era isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Hoje, nós estamos tendo um dia atípico. Ao mesmo tempo, está havendo uma Comissão de Ética. E, sendo um dia atípico, eu vou tomar um encaminhamento também atípico aqui. Nós vamos suspender, momentaneamente, o depoimento da primeira oitiva de hoje, para votar o requerimento, se todos estiverem de acordo, o Requerimento nº 138/05, do Deputado Coronel Alves, e logo em seguida nós voltaremos a ouvi-la. Se a senhora preferir aguardar lá ou aqui, fica a seu critério. Eu gostaria de saber se essa inversão de pauta, alguém que esteja... se concordam, se todos estiverem de acordo. Em discussão. *(Pausa.)* Aprovado.

Requerimento 138/05, do Deputado Coronel Alves, para que seja limitado o alcance dos requerimentos aprovados na reunião reservada do dia 4 de agosto, solicitando ao Banco Central que verifique apenas a existência de depósitos realizados por madeireira pessoa jurídica e pessoa física de seus sócios.

Inicialmente, com a palavra o Deputado Coronel Alves. Em seguida o Relator, Deputado Sarney Filho.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Sr. Presidente, esse requerimento visa à busca do aperfeiçoamento dos nossos trabalhos. A justificativa já está de posse de todos nós, Parlamentares aqui presentes. Porquanto, eu peço o apoio, para que nós possamos aprovar o requerimento. Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir ao ilustre autor do requerimento que verificasse a possibilidade de nós fazermos um adendo ao requerimento. O requerimento ficaria com o seguinte teor, Sr. Presidente: "Requeremos a V.Exa. que seja limitado ao alcance dos requerimentos aprovados na reunião do dia 04/08/2005, nos termos da denúncia apresentada, requerendo ao Banco Central do Brasil que verifique a existência de depósitos realizados por madeireiras pessoa jurídica e pessoa física de seu sócio". E acrescentaríamos: "E de outras pessoas relacionadas à investigação do Plano Safra Legal 2004, mantida a quebra dos sigilos fiscais e telefônicos".



Eu quero só dizer a esta Comissão que dessa forma esse requerimento não sairia de seu foco principal e daria possibilidade à Comissão, como determina a lei, de, em sessão aberta... Nós vamos fazer agora em sessão aberta, aqueles que verificassem que o nome consta no plano, pudéssemos colocar em votação a quebra do sigilo fiscal. É esse o apelo que faço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Agradeço a contribuição, sempre muito procedente, do nosso Relator e não vejo nenhum problema em colocarmos esse adendo para que possamos votar o requerimento. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento, com as alterações propostas pelo Relator, Deputado Sarney Filho.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com as alterações propostas pelo Relator.

Voltamos ao depoimento da primeira depoente de hoje, Sra. Maria das Graças Dias Pinto.

Gostaria, em primeiro lugar, para esclarecimento de todos nós, que a senhora nos explicasse a finalidade desse trabalho de levantamento. Entendíamos, antes do seu depoimento hoje, que as madeiras, por meio do Sindicato das Madeiras, estavam fazendo algo ilegal, que era dirigir-se diretamente aos pequenos proprietários e conseguir uma autorização, uma procuração desses pequenos produtores, desses pequenos proprietários para que o Sindicato das Madeiras os representasse. E é evidente o interesse. Tendo essa procuração, elas iriam proceder à comercialização dessas madeiras, tirar a Autorização de Transporte de Produtos Florestais, a ATPF. Hoje, estamos ouvindo uma segunda alternativa: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais coletando também essas procurações para proceder à comercialização dessas madeiras. E a senhora levanta uma terceira hipótese, que é essa autorização ser feita diretamente pelo pequeno proprietário junto ao órgão do Governo, ou o IBAMA, não sei, para que ele conseguisse a autorização e assim vendesse esses 60 hectares de madeira...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Sessenta metros cúbicos.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sessenta metros cúbicos, para quem ele desejasse. A senhora poderia explicar se é exatamente isso?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - É. O ideal seria isso. O agricultor faz esse desmatamento e vende para a madeireira que ele achar que deve vender.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Desde que ele tenha...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Desde que a madeireira também esteja toda documentada junto ao IBAMA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim, mas ele pode requerer essa autorização diretamente ao IBAMA?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Pode.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - É comum isso? Há casos assim, de pessoas, de pequenos proprietários que chegaram a requerer o corte dos 60 metros cúbicos isoladamente, sem passar pelos sindicatos dos trabalhadores e sem passar pelos sindicatos das madeiras?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Acharia que o agricultor deveria fazer esse projetinho de 3 hectares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não foi isso que perguntei, o que a senhora acharia. Perguntei se isso existe lá, se há algum caso desses.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Olhe, hoje, os agricultores não estão indo mais ao IBAMA fazer, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas estavam, já foram, a senhora tem conhecimento de algum caso, um caso, pelo menos, de alguém que foi?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eles já foram ao IBAMA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E conseguiram?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não. Ele ia primeiramente ao INCRA.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ao INCRA. E conseguiu?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Ao INCRA. O INCRA é que dava uma declaração, como ele tinha o lote, e ele levava para o IBAMA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E o IBAMA concedia essa autorização para os 60 metros? A senhora conhece alguém que conseguiu?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Conseguiu sozinho, isolado, sem passar pelo sindicato e sem passar pelo Sindicato das Madeireiras?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não. Ele não passou pelo Sindicato das Madeireiras. Ele passou diretamente. Ele foi ao INCRA, pegou a declaração, foi ao IBAMA com a declaração e fez um projetinho de 3 hectares. Eu conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Isso é importante pelo seguinte: a senhora foi contratada, mesmo não sendo topógrafa, não sendo técnica agrícola, a senhora foi contratada pela HB Lima...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Para fazer suas (*inaudível*).

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - ...que, por sua vez, foi contratada tanto pelo Sindicato dos Trabalhadores, estou vendo aí, como pelo Sindicato das Madeireiras.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não. Não estou sabendo do sindicato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não importa. Mas ela foi contratada por alguém, porque ela não tem interesse nesse trabalho. Alguém a contratou e ela subcontratou a engenheira florestal Sidiane e contratou a senhora. É isso? Porque...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - A HB Lima foi contratada pela... Teve uma parceria aí entre sindicato, INCRA, IBAMA e a indicaram, que ela deveria fazer esses projetos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Indicaram para quem?



**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Para o Sindicato dos Madeireiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Dos madeireiros.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Que ela poderia fazer esses projetos e dar certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Então, ela foi contratado pelo Sindicato dos Madeireiros?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Dos madeireiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E o Sindicato dos Trabalhadores também a contratou ou não?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não sei. Não tenho conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quando a senhora fez esses 72 projetos, a senhora foi contratada para ir a 72 propriedades. É isso?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não, quantos projetos fossem feitos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Por quem?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Pela HB Lima.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - HB Lima. Portanto, a senhora deveria procurar a HB Lima, porque ela que teria que lhe pagar, está certo? E os seus projetos foram recusados porque não tinham uma procuração?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu não fiz procuração.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas se a senhora não faz procuração, porque que alguém iria... Qual é o interesse de alguém lhe pagar? Então, se a senhora não fez a procuração, quem teria que lhe pagar seria cada um dos proprietários rurais, individualmente. A senhora fez um trabalho para eles. Outra coisa: estou vendo aqui o material que a senhora me mostrou... Devolvi? Devolvi todo. Foi tirar xerox do pacote? Está aqui o pacote. Estou vendo aqui no trabalho que a senhora foi levantar tem um que é histórico de posse, são perguntas que não entram no levantamento... No início, aparentemente, só um histórico, mas,





depois diz a madeira, pergunta, pede um croqui, pede perguntas agronômicas do assunto. A senhora é que fazia isso?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Olhe, dos 72, fui eu que fiz.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Essa parte agronômica? a senhora fez croqui?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não. O croqui quem fazia era a engenheira florestal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Então, eram 2 trabalhos, um da senhora e um da engenheira. As 2 tinham que fazer esse trabalho.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Mas só que ela nunca foi em campo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E como era feito esse croqui?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - O croqui, do jeito que está um, estão todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Era o mesmo para todos?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - É, para todos. Só muda o nome do agricultor e a localidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Gente! Tudo bem! Mas isso aí tem que ter uma utilidade. Para alguém lhe pagar, é que alguém vai... Possivelmente, o Sindicato dos Trabalhadores reuniu, como uma cooperativa reúne, todas essas procurações, para negociar com uma madeireira em melhores condições. Alguém vai a uma madeireira e diz: *“Olhe, eu só tenho 60 metros cúbicos”*. Vai ganhar um dinheirinho. O Sindicato dos Trabalhadores chega e diz: *“Eu tenho 100 vezes 60, 6 mil. Eu exijo um preço maior”*. Quer dizer, não estou vendo nenhum delito no sindicato em tentar arregimentar, porque, para o Sindicato dos Trabalhadores, não há nenhuma ilegalidade. O que nós achamos que é absurdo é ele dar autorização para a madeireira ir lá conseguir essa autorização junto ao IBAMA. Agora, o que eu não entendo é o seguinte: a senhora vai lá, prepara esse trabalho e não pega a procuração, nem para o sindicato, nem para a HB Lima, nem



para as madeiras, e a senhora quer receber pelo seu trabalho? A senhora foi contratada?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu fui contratada para fazer esse projeto. Na época, era...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sem procuração?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Sem procuração.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O seu contrato diz que era só fazer esse levantamento? E não precisava nem fazer croqui? O croqui era o mesmo para todos?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não. O croqui era a engenheira florestal que fazia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Outra coisa: a senhora, portanto... Quanto a HB Lima cobrava das madeiras ou do sindicato por cada um desses projetinhos e quanto ela repassava para a senhora?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - A HB Lima fez um contrato com o Sindicato dos Madeiros de Altamira no valor de 480 reais cada um.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E quanto passava para a senhora?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Ele fez uma parceria para eu fazer esse projeto a 100 reais. No caso, eu ganhava 15 reais por projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quinze reais por projeto?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Quinze reais, porque os outros custos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E quem ficava com os 85?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Os custos eram do aluguel de moto, combustível, despesa toda por minha conta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Está certo. E a HB Lima recebia do Sindicato das Madeiras.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Ela recebeu. Tem contrato com os madeiros.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A procuração dos agricultores que nós vimos aqui não era uma procuração... Nós vimos. Inclusive quando esteve aqui o Presidente do Sindicato das Madeireiras, nós perguntamos: o senhor recebeu procuração direta de pequenos agricultores, de pequenos proprietários rurais? “Não.” Aí, nós mostramos uma assinada por ele e ele foi desmentido. Agora, o que a senhora nos mostra é uma procuração diferente, que nós nunca tínhamos visto. É uma procuração de um pequeno proprietário na cidade de Medicilândia, passando uma procuração...

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - O Deputado conhece esse...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - ...para o Presidente do sindicato, um sindicalista. É uma procuração do Sr. Cícero para Milton Fernandes Coutinho. Deve ser o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e não das madeireiras. Quer dizer, é uma outra modalidade de procuração.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Com essa procuração, ele assinou os contratos dos 60 metros cúbicos para as madeireiras.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Para as madeireiras?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Para reconhecer em cartório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas esse Sr. Milton Fernandes Coutinho é Sindicato dos Trabalhadores ou é Sindicato dos Madeireiros?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não é Sindicato dos Trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Então, esse Milton é que vai negociar junto às madeireiras esses 60 metros cúbicos?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Ele que negociou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Está certo. Bom, mais uma pergunta: a senhora tem conhecimento de que a HB Lima teve uma idéia muito criativa, dessas idéias que realmente teria de ganhar o Prêmio Nobel de criatividade, porque a gente não sabe até se eles queriam ajudar ou atrapalhar o PT. Criou um adesivo escrito *Empresa Optante*, com o PT bem grande, da empresa Safra Legal, que colocava no pára-brisa dos caminhões. A senhora tem conhecimento disso?



**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Nunca viu?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Só vi falar mas não tenho conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não chegou a ver nenhum desses adesivos?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Nunca ganhou um adesivo? Nunca pediram que a senhora distribuísse? A sua madeira não ganhou?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Vou deixar bem claro aqui: eu não tenho madeira. Vou deixar bem claro aqui: Cristiane Valéria Dias Pinto é minha filha. Ela é Cristiane e eu sou a Graça.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Está perfeito.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - É uma coisa bem diferente uma da outra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Muito bem. Outra coisa, aqui há algumas denúncias de que o Sr. Elielson... A senhora conhece? Do IBAMA?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu vejo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Que houve uma denúncia, já em depoimentos passados, de que ele estava ostentando muitos bens, teria se enriquecido rapidamente. A senhora tem conhecimento disso?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Olha, eu acredito que uma pessoa que está no Governo... Eu vejo muitas pessoas que trabalham no IBAMA que têm uma bicicleta para andar, um Saveiro velho para andar, que têm carro velho. Eu achei que ele cresceu muito rápido, para ter L-200, ter tudo, ter carro, em pouco tempo. Mas não sei o valor que ele ganha, não sei o quanto ele ganha para ele poder ter todos os bens que ele tem. Acho que não custava nada pedir um sigilo bancário, alguma coisa na vida dele para...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Está bom.



**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Eu tenho um jornal aqui, eu não sei se... Eu li, simplesmente, esse fato de optante, eu até guardo. Mas não tenho conhecimento. Eu só li.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Bom, nós podemos tirar xerox e vamos devolver esse material para a senhora. Vai ficar aqui com o Dr. Saulo. Nós agradecemos a sua participação e, se houver necessidade, nós voltaremos a solicitar a sua ajuda. Muito obrigado.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Muito obrigada. Eu quero deixar bem claro aqui que, como eu já falei, eu estou defendendo, que eu acho isso uma falta de ética muito grande, um desrespeito com os agricultores, porque nessa história duas pessoas estão sendo enganadas, amigo: os agricultores e o setor florestal, que está parado. São estas duas pessoas, porque antes não tinha essa paralisação toda. Hoje, dentro de Altamira temos muitas pessoas passando fome, passando necessidade, desempregadas. Isso aí não é legal, não fica legal para o Governo, não é? Porque eu sempre votei, por incrível que pareça, eu fui... O Zé Geraldo, ele pode dizer: *"Eu não conheço você"*. Eu conheço o Zé Geraldo. O Zé Geraldo já foi muitas vezes na minha localidade, Rurópolis. Eu já votei no Airton Faleiro e Zé Geraldo. Eu acho que ele não me conhece porque ele pediu... Ele já foi na minha casa e já conversou comigo. Ele pode não estar lembrado. Então, Zé Geraldo, eu não estou aqui para fazer política, eu não sou candidata a nada. Só voto. Entendeu? Então, eu não estou aqui também para depois a pessoa dizer assim: *"Ela veio estragar."* Não. Eu quero só a verdade. Eu gostaria, sim, que fizessem vistoria desses projetos da HB Lima, todos, e os meus também. Os meus 24 e os meus 72. Gostaria.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Obrigado. Nós que agradecemos.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Sr. Presidente, já que eu fui citado, quero dizer, Sra. Graças, que eu aqui estou fazendo o meu papel de Parlamentar. É bom eu conhecer a região. Mas a senhora fala de coisas que me interesse em saber. Por exemplo, a senhora falou aqui que o dirigente do IBAMA de Altamira está enriquecendo. A senhora acha que ele tinha que andar de bicicleta?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Não.



**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - E ele já tem uma L200.

A senhora sabe o que ele tem mais, porque nós vamos mandar investigar.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - É bom investigar.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Uma L200. O que mais ele tem?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - É bom investigar. Tem pessoas próprias para isso.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - L200, a senhora sabe que ele tem.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Sei.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - E tem mais alguma coisa?

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS DIAS PINTO** - Ah! não sei. Só L200 mesmo, porque eu vejo ele andando.

**O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO** - Só uma L200. Está certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, nós convidamos a Sra. Sidiane Costa de Lima para prestar juramento.

Enquanto ela se dirige para cá, nós submetemos à consideração do Plenário a discussão e votação dos requerimentos ainda restantes.

Se todos estiverem de acordo, nós colocaremos em votação, primeiro, o item 3.

Requerimento nº 137, do Deputado Sarney Filho, que solicita providências em relação a vistorias previstas no Estado do Pará.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 139, de 2005, do Deputado Sarney Filho, que solicita ao IBAMA os documentos e as informações que indica relativos às atividades afetas à Coordenação de Ouvidoria.

Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovado.

Requerimento nº 140, do Deputado Sarney Filho, que solicita sejam convocados a comparecer perante esta CPI, na condição de testemunhas, com a finalidade de prestar depoimentos sobre fatos relacionados ao campo de investigação desta Comissão, as seguintes pessoas: Doralice Ferreira, servidora do INCRA, em Belém; Sr. Carlos Pereira, representante da Madeireira Vera Cruz do Brasil; Sr. Henrique Barros Pereira Ramos, Auditor-Chefe do IBAMA, e Sr. Melquias Souza, comerciante em Anapu, Pará.

Em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado. *(Pausa prolongada.)*

Solicito à Sra. Sidiane Costa de Lima que preste o juramento, em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal.

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, informo à testemunha que o Código Penal, no art. 342, tipifica o crime de falso testemunho da seguinte forma: *“Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha”*. E atribui e comina a esse crime a pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

A Sra. Sidiane Costa de Lima tem o direito, se assim desejar, por até 20 minutos, de fazer uso da palavra antes de responder às perguntas dos Deputados.

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Bom-dia a todos. Eu não tenho muitas coisas para falar. Eu só estou disponível aqui para o que tiver de perguntar. Eu estou mais do que, talvez, mais do que vocês interessada também que a verdade venha à tona, porque eu também estou sofrendo muito. Tem um ano e meio, mais ou menos, que eu formei e estou sofrendo bastante por causa dessas coisas todas. E eu estou aqui também para deixar claro que o que estiver ao meu alcance... E tenho muitas outras coisas para... Acho que, dependendo das perguntas, vou falando aí o que for necessário.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Obrigado.

Solicito ao Deputado Henrique Afonso que proceda às perguntas que foram elaboradas pelo Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Sr. Presidente, saúdo Sidiane, engenheira florestal da HB Lima. Quem é o proprietário da HB Lima?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Hugo Batista de Lima Júnior e Gracilene (*ininteligível*) de Lima.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Quem responde judicialmente por ela?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Os 2, não é?

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Qual é a função de seu irmão Sílvio Lima?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Ah! Ele é um dos responsáveis, apesar da empresa não estar no nome dele, mas ele é o gerente, é ele que comanda toda a empresa.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - V.Sa. é a única responsável técnica da HB Lima?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Ah! Tem mais uma engenheira que trabalha lá, porque na verdade... Só que ela trabalhou por um tempo, só ficou eu. Na verdade, também, hoje, também não estou lá.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Que tipo de trabalho V.Sa. desempenha na empresa?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Desempenhava, só...

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Desempenhava.

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Desempenhava. Eu trabalhava com qualquer questão relacionada a florestal, por exemplo, questão de manejo florestal, as pessoas chegavam com questionário, eu estava lá. Não chegamos a fazer nenhum projeto de manejo porque tem um ano só que nós chegamos, um ano e meio, contando com esse período agora que passou, e trabalhávamos mais com licença para desmate, nós começamos a trabalhar ali no Pacajá só com licença de desmate.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Qual é a relação entre a constituição da HB Lima e o Plano Safra Legal 2004?





**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Nós começamos a trabalhar ali somente a empresa, não conhecíamos muita gente, começamos fazendo as licenças de desmate e soubemos que havia toda uma política, uma questão para o melhoramento da questão do licenciamento para desmate, porque, em anos anteriores, havia muita coisa irregular. Então, nós acompanhamos... Está havendo várias reuniões, e, no momento em que estávamos indo a Altamira, começamos a participar dessas reuniões porque estava dentro do assunto que nos interessava também. E, quando eles comentaram a respeito da questão de como era que seria feito através da Instrução Normativa nº 3, todos os procedimentos que tinham de ser tomados, então, nós acompanhamos o debate, porque nós temos a intenção de fazer tudo como os órgãos querem, como a legislação manda. Então, toda a parte que era de responsabilidade da HB Lima nós fazíamos.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Você afirma que, em anos anteriores, havia muita irregularidade. Que irregularidade você destaca?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Tá. A Instrução Normativa tem vários itens, por exemplo, ela solicita que tenha uma localização da propriedade, e, nos anos anteriores, isso não era, até por causa do difícil acesso, eles não tinham, por exemplo, como tirar um ponto de GPS. Então, quando nós entramos lá com a empresa, nós fizemos questão de ter um profissional habilitado para que ele fosse lá com um ponto de GPS e localizasse aquela área no lugar onde ela tinha de ser mesmo. Então, na verdade, não é que seja uma irregularidade. Simplesmente, não cumpria todos os quesitos da Instrução Normativa nº 3 e que nós, quando chegamos, queríamos fazer exatamente como mandava a instrução normativa, até para não ter nenhum dano posteriormente.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Quem são os outros clientes da HB Lima, além dos participantes do Plano Safra Legal 2004?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Ah, muita gente trabalhava lá, porque não é só uma empresa de Engenheira Florestal, não é?, trabalha com topografia e tem cliente que vai tirar uma lima, divisa de terra, então, os clientes não têm, assim, uma relação, uma ficha onde eu possa listar os clientes. As pessoas que chegam lá querendo serviço de topografia, a gente está fazendo também.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - V.Sa. é filiada a algum partido político?



**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Não.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - A HB Lima ou V.Sa., como pessoa física, tiveram alguma participação nas últimas eleições no Estado do Pará?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Ah, eu vou responder por mim: não. Eu voto em Belém do Pará, eu trabalhei na HB Lima somente em questão de escritório, eu fazia... trabalhava com os mapas. Agora, houve, sim... Tivemos o apoio, apoiamos o candidato lá da região, participei de comícios, carreatas, ia nos carros e tudo.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - O que V.Sa. tem a dizer sobre o adesivo "Empresa optante do Plano Safra Legal 2004, Anapu, AMAPA, Pacajá, HB Lima, Topografia e Engenharia Florestal"?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Ah, eu ficava mais na parte de escritório, não é? Essa questão, eu também sei o tanto quanto vocês dessa questão. É como... Não dizia respeito às coisas que eu fazia, então, não tenho muita coisa para falar para você. Não, eu não sei... Não estava dentro do que eu fazia, eu não participei, não elaborei, não tive nenhuma participação nessa questão do adesivo, porque também não era... ficou mais uma questão... (*ininteligível*), eles que fizeram isso.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Mas você tem algum conhecimento de quem idealizou, você ouviu falar?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Nunca ouviu falar?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Não, na verdade, eu soube também dele junto com vocês, aqui, porque existiam tantos adesivos de tantas coisas, então, esse era apenas mais um deles... dos adesivos de campanha que tinha lá, que eu só soube, assim, dessa questão desses conflitos depois que cheguei, que vi pelas notícias, essas coisas daqui através da *Veja* que eu fui... aí que eu prestei atenção que existia. Até questionei se existia... Não tive esse conhecimento prévio, não sabia para que servia, nada. Porque existiam muitos adesivos de campanha, não é? Esse era só mais um deles.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Quantas ADMs e quantas ATPFs foram concedidas no âmbito do Plano Safra Legal 2004?



**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Eu acho que eu não tenho como lhe precisar, porque a minha função era mais a questão de escritório. Eu elaborava e mandava para o IBAMA. Então, esse processo, depois que ele era liberado, essa questão toda, eu não participava disso aí.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - E destas, por exemplo, quantas o foram por intermediação da HB Lima? Você tem conhecimento?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Não tenho números precisos para lhe dar.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Se não chegou a ser liberada a maioria das ATPFs no âmbito do Plano Safra Legal 2004, como foi feito o transporte da madeira para as serrarias?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Novamente, vou voltar àquela questão. Meu serviço era questão de escritório mesmo. Eu não participei, eu não tinha como... esse acesso à empresa, essas coisas todas, eu não...

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Você não tem conhecimento, não teve participação?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - É porque, como eu trabalhava dentro do escritório, eu nunca cheguei nem a ir ao pátio de nenhuma das madeiras que tinham lá, certo, porque a função de contatar com o cliente, por exemplo, é do meu irmão, que é o Silvío, que é o gerente lá da empresa. Então, como eu ficava só no serviço de escritório, eu ficava ali fazendo o que me mandavam. Na verdade, eu recebia ordens e não chegava a ir a pátio vistoriar caminhão. Eu não tinha essa função.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Em depoimento a esta CPI, no dia 11/08/05, o Sr. Davson Alves de Oliveira, que coordenou a Operação Picapau I, realizada pelo IBAMA em Anapu, em março/abril do corrente, confirmou que os madeiros da região declararam que o adesivo "Optante do Plano Safra Legal 2004" foi utilizado como salvo-conduto para o transporte de madeira sem fiscalização do IBAMA. Porém, sua cunhada, Gracilene, em depoimento a esta CPI, em 02/07/05, negou esse fato, mesmo tendo-o confirmado para o jornalista Leonardo Coutinho, da revista *Veja*, em gravação telefônica da qual esta CPI tem cópia. Tendo em vista que as declarações de V.Sa. podem gerar falso testemunho e eventual prisão, V.Sa. confirma ou não que os adesivos eram utilizados como



salvo-conduto em relação à fiscalização do IBAMA? Responda, por favor: “sim” ou “não”?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Ah, eu não tenho como lhe responder “sim” ou “não” por alguma coisa. A única coisa que tenho a lhe falar é que eu não sabia nem da existência. Eu soube, eu sabia que existiam vários adesivos de campanha. Quando eu vi, na *Veja*, foi que eu soube que tinha esse adesivo específico, certo? Também não tenho como lhe dizer se servia de salvo-conduto. Acredito que não, porque todos os adesivos eram de campanha e...

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Então, é “não”.

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Não. Não funcionava assim.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Tá. Na gravação da entrevista dada pela Graça, Sra. Gracilene Lima, sua cunhada, ao jornalista Leonardo Coutinho sobre o Plano Safra Legal 2004, foi dito o seguinte: “*O meu marido tem um, que ele foi o elaborador desse esquema todo, não é? Desse projeto todo, ele tem um relatório completo do que eles acharam*”. Pergunta-se: que esquema é esse que seu irmão elaborou?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Acho que a Gracilene era a pessoa mais indicada, porque, na verdade, foi ela que falou. Então, o que eu posso lhe informar é que eu não sabia desse adesivo. Eu sabia da existência de todos os adesivos. Agora, não tinha... Esse adesivo em questão, o que ela falou, eu acho que ela tem de responder pelo que ela falou. Eu não sabia dessa existência. Se ele tinha lá, no lugar onde meu irmão morava, ele tinha não só esse adesivo como aqueles adesivos do PT grande, quaisquer outros adesivos que tinham lá. Então, se existia o adesivo, eu sei que existia. Agora, eu não posso responder pelo que ela falou.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Essas são as perguntas, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, teria mais algumas perguntas. Logo depois do Plano Safra Legal, a senhora foi contratada pelo IBAMA para que tipo de serviço? Quanto tempo a senhora trabalhou no IBAMA? E quem a indicou?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Assim que eu terminei os serviços em Anapu... eu sempre prestei alguns tipos de serviço para o sindicato, eu sempre fui convidada para dar palestra sobre água, sobre meio ambiente. Ele sempre, porque,



como é difícil um profissional desse na região, então, eu sempre estava lá à disposição. O IBAMA entrou em greve num período, exatamente no período que era o momento em que eles iam analisar esses processos e, através da FETAGRI, que mandou para lá diversas pessoas, não fui só eu, foram mais umas quatro pessoas, não lembro agora o nome, e perguntaram se eu aceitaria ir. Na verdade, quem perguntou foi o pessoal da FETAGRI, perguntou para o meu irmão, eu estava em Anapu nessa época, eles ligaram para mim perguntando se eu poderia ir. Eles não especificaram também o trabalho. Eu falei assim: *“Estou à disposição. No que vocês precisarem de mim, eu vou”*. E fui para lá, trabalhei no INCRA, porque o IBAMA estava fechado, parece que os funcionários não permitiram que entrasse lá, alguma coisa assim. Então, quando eu cheguei, fui para lá e fiquei às ordens para fazer o que eles pediam, para fazer o que estava fazendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Por quanto tempo a senhora ficou lá?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Um mês, mais ou menos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A senhora se sente, de alguma forma, prejudicada, lesada pelo Plano Safra Legal?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Olha, no começo, é o que eu estava falando. Eu me formei há um ano e meio, foi o meu primeiro emprego e fiz tudo como a instrução normativa pedia, peguei orientação dos profissionais que estavam há mais tempo no mercado e pessoas de dentro do IBAMA, peguei todas as explicações, fiz os trabalhos como eu achava correto e, depois, saí de lá no final do ano passado, estou há 6 meses sem trabalhar, fui... Tentei um emprego no IBAMA agora, coloquei meu currículo para lá, passou por todos os processos seletivos que tinham lá e comecei a trabalhar. Na semana em que eu comecei a trabalhar, chamaram-me, descobriram que eu era eu, que *“não, ela trabalhou lá”*, chamaram-me e disseram que, falou assim: *“Olha, por questões políticas, você não pode permanecer aqui conosco no IBAMA”*. Quer dizer, depois de 6 meses, eu arranjo um emprego e, por motivos que eu até agora não sei também, questões políticas — sim, que questões? — condenaram-me aqui, e eu não estou sabendo. Então, por causa disso eu fiquei sem emprego, uma semana depois me demitiram, simplesmente porque eu trabalhei lá naquela região, não tem nada comprovado que eu fiz alguma coisa ilegal, irregular. Eu queria até saber. Porque, se, de repente, eu



fiz, eu estou aqui para consertar, alguma coisa assim. Mas, eu queria saber primeiro o que eu fiz de errado, para estar sofrendo as penalidades de tudo isso aí. Questões políticas, mas não me explicaram o quê. Aí, ainda questionei: “*Que questões políticas?*” “*Olha, questões políticas ninguém discute. Políticas*”. Aí, pediram lá para eu assinar um recibo e tal, fui embora, desesperei-me um pouco porque eu estava numa situação que precisava mesmo do emprego, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A informação que nós recebemos extra-oficialmente é de que o motivo dessa sua demissão é de que lá, no INCRA, a senhora teria analisado, nesse um mês que a senhora ficou lá no INCRA, os próprios processos da HB Lima. É verdade? A senhora que analisou os seus próprios processos?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Eu posso... Quando eu fui para o INCRA, eu fiquei lá à disposição do que eles pediram que eu fizesse. No primeiro dia, como você, das quatro pessoas, comigo cinco, eu era a única que tinha formação superior na área de Engenharia Florestal, a pessoa que comandava lá o IBAMA perguntou se eu poderia fazer análise. Eu falei assim: “*Faço, não tem problema*”. Quando eu cheguei nas primeiras análises e que eu vi que eram meus processos eu questionei: “*Escuta, esse processo é meu. Tenho como fazer essa análise do meu processo? Eu não acho que seja uma coisa legal*”. E, nisso, a Naja estava lá, ela falou assim: “*Não, você não pode fazer isso. É irregular. Você pare imediatamente*”. Eu parei nesse primeiro dia. No segundo dia, eu já não trabalhei mais nisso, eu fiquei tirando xerox, fiquei digitando, fiquei... Então, se hoje for... pode ser que eu tenha assinado algum, mas não, isso, no máximo, no primeiro dia, porque, daí, a Naja chamou a atenção e eu fiquei fazendo serviços, praticamente serviço de *boy*, serviços irrelevantes, que não tinham nada a ver com minha área.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quando a senhora trabalhava lá na HB Lima, o seu trabalho era de escritório.

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Somente de escritório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Nunca foi a campo.

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Nunca fui ao campo, porque as informações que chegavam do campo eram de responsabilidade do sindicato. Então, todas essas... O meu trabalho lá, as coisas por que me responsabilizo são



pelas informações feitas no escritório. A parte de campo era de responsabilidade do sindicato. Eles é que colhiam as informações e assinavam embaixo por todas elas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O sindicato.

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - O Sindicato de Trabalhadores Rurais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E por que contrataram essa Sra. Maria das Graças se o sindicato é que entregava todos esses dados?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Na verdade, o sindicato lá, a obrigação era deles de fazer todo esse processo. Quanto à contratação da Graça, é meio complicado. Eu nunca a contratei, certo, eu não tenho nenhum... Eu nunca assinei nenhum documento, eu nunca... Eu a vi a quarta vez agora, com essa, eu a vi uma vez quando o meu irmão estava fechando negócio para ela prestar serviço por uns 15 dias, que eu estava somente acompanhando ele nesse momento. Depois a vi algumas vezes muito rápido por Altamira, e a outra vez que a vi foi agora. Nunca assinei nenhum contrato, nunca discuti pagamento, não tenho nenhum tipo de vínculo com ela.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim, mas por que ela foi contratada? Nós vimos o material dela aqui assinado pela senhora, que ela nos entregou, que se referia a 62 processos encaminhados a ela para que ela procedesse à coleta de informações. E por que precisava dela se o sindicato entregava todos os dados necessários para a senhora elaborar o projeto de autorização junto ao INCRA, ao IBAMA?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Posso explicar. Quando eu deixei de fazer aquele serviço que a princípio eu ia fazer no INCRA, me colocaram à disposição para fazer qualquer serviço que estivesse lá. É o que eu falei, tirava xerox.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Eu estou falando na HB Lima.

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Eu vou chegar lá. Na hora que eu recebi esses processos dela, eu estava exatamente no INCRA, atendendo pessoal. Então, todo mundo, não só ela, todas as pessoas que entregavam lá, eu batia aquele recibo



“Recebi”, assinava. E o dela foi um dos que... Nem me lembro exatamente quando, mas recebi de novo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não, é papel timbrado da HB Lima.

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Eu não me recordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deve ter aí. Papel timbrado da HB Lima. É por isso que não consigo entender. Quem fazia os croquis?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - O pessoal que tirava o pessoal de campo. O pessoal fazia no campo, ia com uma folha em branco, fazia manualmente, com lápis.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quem é o pessoal de campo?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Pessoal do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sindicato dos Trabalhadores Rurais?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Rurais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Eles que faziam?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Eles iam lá e faziam o croqui à mão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E a senhora assinava como engenheira florestal.

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Não, os croquis, não. Eu assinava... Qual era minha função lá? Eu transportava todas as informações do campo, eu passava para o formulário do IBAMA. Única e exclusivamente, era minha função. Tudo o que vinha do campo era assinado por ele. A questão do mapa, eles faziam o mapa manual, mais ou menos indicando, porque na Instrução Normativa nº 3 eles exigem que tenha a identificação da reserva legal, da Área de Preservação Permanente. Se tiver um rio cortando, uma coisa assim, o local mais ou menos da casa, o mapa de localização. Então, tudo isso eles faziam numa maneira bem rústica, à mão mesmo, o pessoal do sindicato. Como era um documento para se





apresentar ao IBAMA, então pegávamos aquelas informações e passávamos para o computador, num programa Autocad, transportávamos os mesmos dados para lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O que era essa autorização assinada pelo proprietário rural, pelo dono da pequena propriedade e que fazia parte desse trabalho? Era uma procuração para quem? Para qual dos sindicatos?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - De que autorização V.Exa. está falando?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Uma procuração.

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Procuração?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Procuração. Quando se ia a campo para montar essa autorização para desmate, vinha junto uma procuração.

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Vinha. Correto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ele nomeava Procurador, nunca a HB Lima. A HB Lima não recebia procuração. Quem recebia era um dos 2 sindicatos?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Não. Essa questão da procuração vinha no nome do presidente do sindicato...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Qual sindicato?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Nunca do Sindicato dos Madeireiros?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Não, durante o tempo que eu trabalhei lá, as procurações tinham nome do representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Precisava de alguém que tivesse essa ida freqüente a Altamira. O colono não tinha como sair dali, pegar um caminhão, juntar colono e mandar para Altamira. Então, ou eu ou o presidente. Eles colocavam também no meu nome ou do presidente do sindicato. Sendo que eu nunca assinei por eles. Estavam lá, constava, mas nunca assinei.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quem pagava a HB Lima por cada um desses projetinhos? O Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou o Sindicato das Madeireiras?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Olha, questão financeira da empresa fica mais a critério do Sílvio e Gracilene. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A senhora não sabia da existência do adesivo. É isso?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Nunca soube?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Presta atenção. Eu sabia da existência de todos os adesivos de campanha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas esse não é um adesivo de campanha. É completamente diferente de um adesivo de campanha.

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Esse específico... Bom, eu sabia da existência de todos os adesivos de campanha, não desse especificamente. Esse eu só fui olhar para ele com ênfase também quando saiu na *Veja*, que eu fui olhar, vi o adesivo, que estava no meio de tantos outros adesivos lá. Não tive nenhum conhecimento de que fosse salvo-conduto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A sugestão de nesse adesivo estar escrito "Engenharia Florestal" não é sua?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Puseram isso. A senhora é a única engenheira florestal da HB Lima. Constava lá Engenharia Florestal.

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - A Empresa HB Lima é de Engenheira Florestal. Não sou só eu que sou engenheira florestal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Há outras?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Trabalhou uma outra engenheira florestal também.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Por que motivo a Sra. Maria das Graças tem uma reclamação trabalhista contra a senhora, e não contra a HB Lima?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Também gostaria de saber. Eu trabalhei lá. A única vez que eu a vi eu já relatei aqui. Eu soube... eu fui passar depois... eu já tinha saído de lá quando fui passar uns dias lá com meu irmão. E eu soube que ela tinha movido um processo contra mim. Então, eu não tinha como fazer, não tinha como dizer: Não, isso não é comigo. Já estava chegando o dia de ir lá. Eu simplesmente falei: *“Não tenho conhecimento de causa”*. E assinei uma procuração. *(Pausa.)* Assinei uma procuração, e ele foi responder por mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A senhora já perdeu essa causa.

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Já perdi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas quem vai arcar é a HB Lima?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Na verdade, deve ser eu, mas eu também não tenho condições de pagar e não tenho nem previsão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Qual é o valor da condenação?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Para o senhor ter idéia, eu nem li o processo, nem chegou até as minhas mãos. Deve ser um valor de 5 mil, alguma coisa assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Cinco mil reais?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Eu não sei exatamente, porque eu não sei nem o que ela relatou lá. Eu nem cheguei a pegar o processo, porque eu estava em Belém, e foi tudo para Anapu, a uma certa distância de lá. Eu só soube que ela tinha colocado na Justiça. E, quando eu soube, foi o tempo hábil só de dar uma procuração, porque já estava chegando o dia de ir lá. E acabei sem saber mais nada sobre isso aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A senhora participou de reuniões com o Sr. Elielson, do IBAMA?



**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Eu participei de reunião com... todos os tipos de reuniões que tinham lá, não só com gerentes de IBAMA, INCRA, reuniões de... Todo tipo de reunião que tinha lá, de várias reuniões eles participam, reuniões educativas, fóruns, todos os tipos de reuniões de que ele participava...A algumas que eu fui ele estava, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Como é que a senhora explica que, em todos os pedidos de autorizações, cujas cópias nós recebemos, o croqui é exatamente o mesmo?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Eles não são os mesmos. Vocês podem conferir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - São só parecidos.

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Eles são... Porque a grande maioria dos colonos lá, todos eles têm a sua roça de cacau, todos eles plantam arroz, plantam mandioca. Então, por causa dessa semelhança... O pessoal que vai a campo sabe disso, que todos eles têm uma semelhança. Eles não são parecidos. Nem todo mundo tem cacau, nem todo mundo tem arroz, nem todo mundo tem mandioca, mas a grande maioria tem todos esses cultivos, até para a própria subsistência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A senhora foi demitida em que dia lá desse trabalho que a senhora conseguiu depois de 6 meses?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Eu não tenho a data exata. Foi dia 8, parece, dia 8, 9.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - De agosto?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Agora, de agosto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - De agosto. E a senhora trabalhou na Prefeitura de Belém.

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Trabalhei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Foi demitida também lá, ou continua afastada?

**A SRA. SIDIANE COSTA DE LIMA** - Não, na Prefeitura de Belém, não. Eu pedi exoneração da Prefeitura de Belém em fevereiro do ano passado, exatamente



---

na época em que eu estava indo para Anapu. E pedi exoneração. Inclusive eu trouxe aqui a cópia do processo, se for preciso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Está ótimo. Então está bom. Agradecemos a sua participação. Há mais alguma pergunta? (*Pausa prolongada.*) Muito obrigado.

Na seqüência, queremos marcar a próxima reunião para o dia 15 de setembro, às 10h, no Plenário 5.

Agradecemos a presença às testemunhas, aos Srs. Parlamentares, aos senhores assessores.

Declaro encerrada a presente reunião.